

Uma construção pelos vencidos: a biblioteca popular e comunitária tecendo memória e resistência

*A construction for the defeated: the popular and community library
weaving memory and resistance*

Marcus Victor Siqueira Josué Gomes¹

Patrícia Ladeira Penna Macedo²

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus³

RESUMO

Este artigo, construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, reflete acerca dos tensionamentos da memória, convocando uma perspectiva da memória histórica das experiências zapatistas, expressas no trabalho de Sebastião Vargas Netto (2007, 2011). O texto convoca, ainda, o conceito de Benjamin (1987), elaborado em suas teses sobre história, questionando a história como uma disciplina marxista e antiprogresso irresistível, de uma base messiânica judaica e materialista. Estabelece uma relação com a biblioteca popular e comunitária – criada e mantida pelo povo – e sua produção de memória, fenômeno fundamental para a construção de uma outra história. Busca responder a seguinte questão: de que maneira a Biblioteconomia pode contribuir para o uso da memória como categoria de emancipação da sociedade? Tem como objetivo discutir a biblioteca comunitária e popular como dispositivo de organização, disseminação e construção da memória dos oprimidos, com vistas à transformação social. A biblioteca

170

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8123400661941920>. E-mail: marcvictor1211@gmail.com.

² Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8123400661941920>. E-mail: patricia.macedo@ufrn.br.

³ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0229537475582012>. E-mail: gabrielle.tanus@ufrn.br.

comunitária deve assumir, então, uma postura crítica diante dessa conjuntura, ao passo que representa uma potente ruptura com o pensamento conservador dentro do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Conclui que o entrelaçamento da biblioteca comunitária como dispositivo de retomada das narrativas dos explorados, contrapondo-se radicalmente ao modelo neoliberal de mundo, é um caminho necessário e urgente a ser trilhado para uma construção comunitária mais efetiva e aberta ao diálogo com vistas à transformação sócio-histórica.

Palavras-chave: Biblioteca Comunitária; Biblioteca Popular; Biblioteca Pública; Memória; Biblioteconomia Social.

ABSTRACT

This text, constructed from bibliographical research, reflects on the tensions of memory, calling for a perspective of the historical memory of the Zapatista experiences, expressed in the work of Sebastião Vargas Netto (2007, 2011). The text also calls upon Benjamin's (1987) concept, elaborated in his theses on history, questioning history as a Marxist and irresistible anti-progress discipline, with a Jewish and materialist messianic base. It establishes a relationship with the popular and community library – created and maintained by the people – and its production of memory, a fundamental phenomenon for the construction of another history. It seeks to answer the following question: in what way can Library Science contribute to the use of memory as a category of emancipation in society? Its objective is to discuss the community and popular library as a device for organizing, disseminating and constructing the memory of the oppressed, with a view to social transformation. The community library must therefore adopt a critical stance in the face of this situation, as it represents a powerful rupture within the field of Library Science and Information Science with conservative thinking. It concludes that the intertwining of the community library as a device for reclaiming the narratives of the exploited, radically opposing the neoliberal model of the world, is a necessary and urgent path to be followed for a more effective community construction that is open to dialogue with a view to socio-historical transformation.

Keywords: Community library; Popular library; Public library; Memory; Social library science.

Data de submissão: 03.01.2025.

Data de aprovação: 09.06.2025.

Data de publicação: 09.07.2025.

1 INTRODUÇÃO

[...] *Mas inda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão
Virado será o mundo
E viramundo verão*

(Trecho da música “Viramundo”, Gilberto Gil e Capinam)

A narrativa dos vencidos faz alusão ao conceito de História trabalhado por Walter Benjamin (1987). Esse autor discorre sobre essa problemática e elabora uma diferenciação entre as diferentes histórias que se dividem a partir das narrativas, dos vencedores e dos vencidos, opressor e oprimido, em outras palavras. Como ele afirma: “[o] cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade que nada do que um dia aconteceu pode ser considerada perdida para a história” (Benjamin, 1987, p. 223). E é na retomada desse elo perdido que Benjamin tece seus dilemas. Desse modo, a chamada “história oficial” tende a reproduzir discursos dos vencedores, as formas de controle, as camisas de força de visões históricas construídas por uma elite hegemônica.

Por outro lado, a história dos vencidos busca retomar as narrativas escamoteadas pela dominação, portanto, silenciadas e invisibilizadas. Nesse sentido, interessa, aqui, a perspectiva dos vencidos, principalmente em razão de o nosso foco ser entender como a biblioteca comunitária pleiteia a produção dessas subjetividades, e age como ferramenta aglutinadora de memórias, com vistas a retomar o viés histórico dos grupos historicamente excluídos, epistemologicamente silenciados, violentados, o que acarreta no *epistemicídio*, como afirma Sueli Carneiro (2005). Segundo a autora:

[O] epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (Carneiro, 2005, p. 94).

A memória é baseada em conflito, entre recordação e esquecimento, luta e resistência. Para lembrar/memorizar é preciso esquecer. Operações políticas que também estão presentes na instituição política que são as bibliotecas.

Nesse sentido, este trabalho busca discutir a memória dentro de uma perspectiva de resistência, enquanto agenciamento coletivo e político de um grupo, disposto na sociedade desigual do capitalismo. Sabe-se que para a ordem vigente o esquecimento de determinadas narrativas é fundamental em seu projeto de dominação, ao passo que para os grupos excluídos a memória como ato de resistência é fundamental, retomando e ressignificando suas existências, travando uma luta por cidadania e transformação.

A biblioteca comunitária, por sua vez, consiste em uma ação popular promovida pela localidade na qual está inserida. Ela desenvolve projetos educacionais, literários e de lazer, para jovens, crianças e adultos, com o intuito de democratizar o acesso aos livros e ao conhecimento. Espaços como os da biblioteca comunitária são fundamentais para fortalecer os laços afetivos e políticos da comunidade na luta pelos seus direitos, promovendo a produção cultural local. Essas bibliotecas incentivam e apoiam as atividades culturais que surgem da própria comunidade, assim como uma economia alternativa, que tende a não seguir a lógica de mercado dominante. Além disso, elas

valorizam as narrativas e memórias locais, oferecendo uma forma de contestar os espaços de memória “oficiais” — promovidos pelo Estado ou pela iniciativa privada —, que muitas vezes não refletem a diversidade de vozes e histórias presentes na sociedade.

Outrossim, esses lugares de partilha, que constroem um movimento democrático efetivamente participativo, aglutinam o desejo de transformação social. Por meio das bibliotecas, muito em razão da possibilidade real de envolvimento da comunidade local, é possível construir memórias, relatos e experiências que foram histórica e intencionalmente como um projeto político silenciado por conta de disputas ideológicas, contribuindo para uma narrativa mais plural, inclusiva e representativa das realidades locais. A partir da tessitura desses corpos, dessas vozes, demonstramos como a força popular é capaz de modificar e recriar rotas, redesenhar modos e mundos onde caiba a diversidade.

A biblioteca, nesse sentido, tem muito o que contribuir, pois cria identidades e laços de pertencimento que levam a comunidade a sentir-se integrada dentro desse espaço (Côrbo; Côrbo, 2023), criada a partir dos seus anseios, desejos, demandas e mantidas por ela, efetivamente, a duras penas, devido ao afastamento do poder público das mais diversas comunidades existentes. O poder público que não tem investido nas bibliotecas públicas, que são sua responsabilidade, tendo a partir dessa fratura, omissão, descaso do Estado, o surgimento das bibliotecas comunitárias. Sendo assim, este trabalho, ao discutir a relação entre biblioteca comunitária e a memória, traz luz ao conceito de História trabalhado por Walter Benjamin (1987) a respeito dos vencidos. A biblioteca comunitária, nesse contexto, torna-se um espaço de produção de saber, resistência e (re)construção de outras memórias e histórias.

Assim, este trabalho tem como questão de pesquisa a seguinte indagação: de que maneira a Biblioteconomia pode contribuir para o uso da memória como categoria de emancipação da sociedade? Temos como objetivo discutir a biblioteca comunitária e

popular como dispositivo de organização, disseminação e construção da memória dos oprimidos, com vistas à transformação social.

Para tanto, quanto aos procedimentos metódicos, iniciamos por uma pesquisa bibliográfica, aquela que é “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na Internet” (Silva; Menezes, 2001, p. 21).

A partir do levantamento bibliográfico, partimos para a fase de “leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias, etc. (ou seja, na maioria das vezes, dos produtos que condensam a confecção do trabalho científico)” (Mazucato, 2018, p. 66).

Trabalharemos com documentos bibliográficos – livros e artigos –, partindo de análise e crítica em relação a esse material, no sentido de sugerir reflexões para o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a partir de um percurso intelectual que visa à humanização e responsabilidade social desses campos para com a sociedade.

Seguimos o caminho que Mazucato (2018) sugere, enquanto procedimentos da pesquisa bibliográfica: levantamento bibliográfico preliminar, busca das fontes, leitura do material e redação do texto.

2 MEMÓRIA: DISCUSSÕES ACERCA DO CONCEITO

Um movimento social que se traduz em cultura [...], significa um movimento social enraizado, [...] no sentido de que suas raízes podem ser encontradas na própria memória histórica do povo a que representa ou do qual faz parte.

(Vargas Netto, 2007, p. 247)

A memória é instrumento precioso na cristalização de discursos e verdades. Sobretudo no conflito promovido pela tensão da luta de classes. Dessa forma, aqui, levantemos a seguinte questão: como pensar a memória, a partir da crítica do mundo capitalista, neoliberal, ou seja, de uma memória sob o viés dos oprimidos? O que seria, pois, a memória dos oprimidos?

A partir de agora, buscamos traçar as rotas discursivas, sem pretensões de esgotar a discussão, mas de ampliar e promover novos debates. Desse modo, é importante que se diga, que, visivelmente, há um fundo comum entre essas temáticas: a tessitura de uma memória da resistência, construída coletivamente, é marcada pela luta contra as narrativas dominantes.

No entanto, antes de prosseguir, é necessário situar o neoliberalismo, a face mais dura do capitalismo, na presente discussão. Em consonância com o que pensa o intelectual Milton Santos, um dos críticos ao modelo neoliberal vigente, destacamos que ele chama o neoliberalismo, ironicamente, de “Fábula”:

Afirma-se, também, que a “morte do Estado” melhoraria a vida dos homens e a saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver. Tal neoliberalismo seria o fundamento da democracia. Observando o funcionamento concreto da sociedade econômica e da sociedade civil, não é difícil constatar que são cada vez em menor número as empresas

que se beneficiam desse desmaio do Estado, enquanto a desigualdade entre os indivíduos aumenta. Sem essas fábulas e mitos, este período histórico não existiria como é: Também não seria possível a violência do dinheiro. Este só se torna violento e tirânico porque é servido pela violência da informação (Santos, 2008, p. 21).

Como pode ser observado, o neoliberalismo aprofunda as desigualdades sociais. Ao passo que, segundo o autor, o “sistema tirânico” (neoliberal) é propiciado por uma violência da informação, o que nos remete a pensar na produção da informação por parte dos dominadores e na apreensão dessa informação por parte dos dominados.

A memória, que, grosso modo, pode ser entendida como informação armazenada, embora também esteja relacionada com a história e as ciências sociais (Maranon, 2010), não estaria, em parte, também vinculada a uma informação dominante? Nesse sentido, cabe questionar: que tipo de história ou memória é transmitida pela plataforma neoliberal ao grande público?

A fala do Subcomandante Marcos⁴, no II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado em Belém – PA (2002), nos situa acerca dessas reflexões. Vejamos:

A memória histórica é desprezada pelos valores neoliberais não só porque não pode ser comprada ou vendida, mas também porque é subversiva e faz demasiadas perguntas que vão de encontro a um sistema injusto. Para os que empurram o rodar do mundo, a memória histórica é uma arma, força, escudo, espada, lança, flecha, capacete, bota e punho de guerra (Prefeitura Municipal de Belém, 2002).

Aqui, o Subcomandante Marcos, figura ímpar do movimento zapatista, propõe pensar nuances da memória. Portanto, se fôssemos dissecar a sua incursão discursiva, poderíamos sugerir que ele a faz a partir do viés do esquecimento (representado pelo

⁴ O Subcomandante Marcos é uma das figuras importantes – e uma das mais midiáticas para o levante zapatista ocorrido em Chiapas, em 1 de janeiro de 1997, no Sul do México.

poder dominante) e da memória histórica (ferramenta para insurgência dos oprimidos). Temos a memória histórica desprezada pelo neoliberalismo e, ao mesmo tempo, resgatada pelos movimentos sociais, daí a importância da tensão da luta de classes.

Então, para os oprimidos, é de suma importância se apropriar da memória histórica, para uma contraposição das narrativas, as memórias hegemônicas, ou seja, a produção de uma memória que resulte em ação contra-hegemônica, por isso tem a ver com a arma, a força, o escudo, a lança etc.

Ora, esses símbolos resgatados na fala do Subcomandante Marcos remetem ao movimento revolucionário do povo oprimido, sua capacidade de organização, para formar a resistência popular, frente às injustiças do mundo capitalista, daí o medo dos dominadores. A “violência da informação”, o apagamento, o esquecimento, são formas de o opressor angariar suas narrativas, em detrimento da memória revolucionária popular. Em outras palavras, impossibilitar as massas da apropriação da memória histórica.

178

Sebastião Vargas (2007) se apropria das dimensões de história-memória do movimento zapatista e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para refletir sobre a importância da memória na retomada das lutas dos povos oprimidos contra as injustiças. Segundo ele, a produção e reconstrução dinâmicas das memórias, conferindo a elas um sentido prático de luta e resistência, são fundamentais para os movimentos populares, pois “os processos passados constituem as condições do presente” (Vargas Netto, 2007, p. 127).

Nesse sentido, a memória enquanto resistência histórica, produz o imaginário social ligado às lutas contra opressão, características dos movimentos sociais, em que a biblioteca comunitária se faz presente. Vejamos o que diz o comunicado dos insurgentes zapatistas, no dia 1 de janeiro de 1994: “[a] guerra iniciada no primeiro de janeiro de 1994 foi e é uma guerra para fazer-nos escutar, uma guerra pela palavra, uma guerra contra o

esquecimento, uma guerra pela memória. Uma rebelião da história” (Vargas Netto, 2011, p. 32).

Percebemos que a memória dentro do contexto dos zapatistas é fundamental para a luta de emancipação do povo chiapaneco. O exemplo zapatista e o de qualquer outro movimento social carregam em si a esperança de um futuro melhor; a relação com o passado não é mera contemplação, mas de crítica e apropriação no presente, para construir um futuro mais igual e justo, ou seja, “[...] [s]e trata de aplicar à história a famosa tese número 11, de Karl Marx, sobre Feuerbach: é necessário transformar o mundo” (Vargas Netto, 2007, p. 128).

A memória pode ser, portanto, tanto um instrumento de libertação, como vimos nos exemplos zapatistas, quanto um produto das relações de poder, moldada não apenas pela razão, mas também pelos corpos e pelas experiências de cada indivíduo. Ela tanto serve para impulsionar a resistência e a luta por justiça, quanto para reforçar estruturas de dominação, dependendo do modo como é evocada e utilizada.

179

3 TEORIA DA HISTÓRIA: PERSPECTIVA BENJAMINIANA DOS VENCIDOS

O passado traz consigo um índice misterioso, o que impele à redenção.

(Walter Benjamin, 1987, p. 223)

Walter Benjamin, filósofo alemão, produziu reflexões acerca do conceito de história, partindo de uma perspectiva de luta de classes, com dimensões marxistas, messiânicas judaicas e do romantismo alemão. Essas, três correntes de estilo e pensamento, inspiram Benjamin a produzir tais reflexões. Vale salientar que

[...] o materialismo histórico não vai substituir suas intuições “antiprogredistas”, de inspiração romântica e messiânica; vai se articular com elas, ganhando, dessa maneira, uma qualidade crítica que o distingue radicalmente do marxismo “oficial” dominante na época (Löwy, 2002, p. 200).

O pensamento benjaminiano tem forte crítica à ideia de progresso por vezes levantada até por certos marxistas e pensadores de esquerda⁵. Benjamin está muito mais preocupado com as ameaças dos avanços técnicos e econômicos do capitalismo na vida dos oprimidos do que o declínio das elites e da nação (Löwy, 2002). A desconfiança, o pessimismo e até mesmo o surrealismo, para o autor, são fontes de construção de uma (re)tomada insurgente, por assim dizer, histórica, que mobilizaria os oprimidos num horizonte oposto ao das velhas certezas – positivistas, cientificistas, comunistas, fascistas.

Esse tipo de pessimismo filosófico e histórico (o pessimismo aqui está ligado a *movimento e organização* e não à inércia), então, possibilitaria uma ação desalienadora das massas (Mari, 2011). A respeito dessa heterogeneidade benjaminiana, Mari (2011, p. 105) sugere que

180

Benjamin situa sua crítica no horizonte de se estabelecer uma leitura dialética da história e nesse sentido a desconfiança dos surrealistas frente à moral de época serve como parâmetro de descondicionamento do comportamento burguês e da social democracia com sua fé espúria no progresso em termos morais, pois o surrealismo solapa a intenção burguesa de tudo mediar segundo diretrizes cristãs e a fé no progresso da humanidade.

⁵ “Contrariamente ao marxismo evolucionista vulgar, Benjamin não concebe a revolução como o resultado ‘natural’ ou ‘inevitável’ do progresso econômico e técnico (ou da ‘contradição entre forças e relações de produção’), mas como a interrupção de uma evolução histórica que conduz à catástrofe (Löwy, 2002, p. 200-201).

Articulando um sentido de história forjado no materialismo histórico, Walter Benjamin remete a uma reflexão crítica sobre o passado. Para o autor, perceber a história “significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1987, p. 224). Prosseguindo suas reflexões, ele afirma que:

Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Benjamin, 1987, p. 224-225).

Ao analisar o sentido da história, Benjamin discute o papel do historiador a partir do método da empatia. É através da empatia que o historiador estabelece uma perspectiva narrativa de acordo com o grau de sensibilidade dele para com os fatos e os personagens. Ao mesmo tempo, Benjamin levanta uma pergunta necessária para compreensão desse método-empatia. A questão que o autor sugere é esta: “com quem o historicista estabelece uma relação de empatia?”. E ele mesmo responde: “a resposta é inequívoca: com o vencedor”.

181

A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados nos cortejos, como de praxe. Esses despojos são os que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror (Benjamin, 1987, p. 225).

A respeito dessa relação com o passado histórico e a tradição histórica, traduzida pelo aparecimento dos bens culturais, bem como o papel do historiador crítico, ou o materialista histórico, Benjamin (1987, p. 228) continua:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta da barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera a sua tarefa escovar a história a contrapelo.

O apelo de Benjamin é justamente a construção de uma narrativa histórica desenvolvida a partir de acordo com o real, contrariando a moral burguesa e cristã. O real para ele é o “estado de exceção” em que vive o oprimido; a história, portanto, deve corresponder a essa realidade. O autor, exemplificando seus argumentos, tece críticas a trechos de passagens históricas da humanidade, como a filosofia política da social-democracia e a ideia de progresso (como já foi citado aqui), questionando-as em que medidas elas dão razão a uma perspectiva dominante de vida e de história.

Os vencedores apresentam, nesse sentido, uma versão “universal” dos fatos, “ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (Benjamin, 1987, p. 231). Dessa forma, a sugestão benjaminiana é a de um historicismo sob o viés do materialismo pessimista, isto é, “nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido” (Benjamin, 1987, p. 231).

Ademais, é em função dessa “oportunidade revolucionária” que o autor persiste em imobilizar o acontecimento e produzir, portanto, novos sentidos para o que conta a história, “extrair uma época determinada do curso homogêneo da história”. Portanto, percebemos que as narrativas históricas oficiais estão marcadas por discursos dominantes, que assolam as classes oprimidas. Dessa forma, para que se busque

contrariar essa lógica e fazer com que a memória histórica se realize enquanto emancipação social das classes oprimidas, é importante retomar a perspectiva filosófica de história benjaminiana, que mais que uma crítica ao capitalismo, desenvolve uma “autodefesa” ao progresso, ao desenvolvimento desigual e truculento do capitalismo, a partir de uma práxis marxista, uma vez que:

O objetivo de Benjamin é aprofundar e radicalizar a oposição entre o marxismo e as filosofias burguesas da história, aguçar seu potencial revolucionário e elevar-lhe o conteúdo crítico. É nesse espírito que define, de maneira decisiva, a ambição do projeto das Passagens parisienses: “Podemos considerar também como finalidade seguida metodologicamente neste trabalho a possibilidade de um materialismo histórico que tenha aniquilado (*annihiliert*) em si mesmo a ideia de progresso. É justamente se opondo aos hábitos do pensamento burguês que o materialismo histórico encontra suas fontes” (8). Tal programa não implicava qualquer “revisonismo”, mas, ao contrário, como Karl Korsch tentara fazer em seu próprio livro – uma das principais referências de Benjamin – um retorno ao próprio Marx (Löwy, 2002, p. 202).

Michael Foucault (2000) considera que os mecanismos de poder nunca foram muito estudados na história. Dando sequência a sua linha de raciocínio, Foucault (2000, p. 80) aponta: “[...] [u]m assunto que foi ainda menos estudado é a relação entre o poder e o saber, as incidências de um sobre o outro”. É nessa relação de poder e dominação que as narrativas hegemônicas se perpetuam, esses saberes permeiam e engendram o poder, visto que “[...] o ato social de lembrar experiências do passado [...] não é um ato soberano, uma vez que fatores externos a ele próprio não podem ser determinados objetivamente sob o risco de perpetuarem discursos prévios dominantes” (Santos, 2002, p. 147).

Nesse sentido, para Benjamin (1987) e Foucault (2000), a memória, enquanto sentimento, redenção, traço ou ruínas do passado, representa não só uma forma de compreensão, mas uma alternativa à racionalidade contemporânea, seja ela cognitiva ou

interpretativa (Santos, 2002). A biblioteca comunitária, portanto, contribui para a luta e a emancipação popular, uma vez que conduz a gestão desse espaço. O que, segundo o pensamento freiriano, seria uma reflexão crítica acerca desse fenômeno. Para Freire (1989, p. 20),

[a] sabedoria popular não existe [na lógica dos opressores], as manifestações autênticas da cultura do povo não existem, a memória de suas lutas precisa ser esquecida, ou aquelas lutas contadas de maneira diferente. [...] Contra tudo isso se coloca a posição crítico-democrática da biblioteca popular.

Paulo Freire também considera a biblioteca comunitária como um fator importante da produção de memória da força popular, quando diz:

Um excelente trabalho, numa área popular, sobretudo camponesa, que poderia ser desenvolvido por bibliotecárias, documentalistas, educadoras, historiadoras seria, por exemplo, o do levantamento da história da área através de entrevistas gravadas, em que as mais velhas e os mais velhos habitantes da área, como testemunhos presentes, fossem fixando os momentos fundamentais da sua história comum. Dentro de algum tempo se teria um acervo de estórias que, no fundo, fariam parte viva da História da área (Freire, 1989, p. 20).

184

Contrária a essa lógica dominante, que produz narrativas e memórias a transmitir apenas as verdades do opressor, a biblioteca comunitária se mostra como alternativa para o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, pois:

Longe do Estado (reduzido, descartado e condenado pelo neoliberalismo) e da universidade (produtora de competências em informação para o seu próprio consumo e descarte métrico), a biblioteca comunitária surge sem bibliotecários, sem dinheiro público e sem teorias e metodologias consagradas nos laboratórios acadêmicos (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019, p. 12).

Ademais, a biblioteca comunitária pode ainda ser utilizada no combate à exclusão social, com vistas à transformação social e contra a estrutura burguesa de Estado. Vincula-se, dessa forma, à retomada das cartografias, memórias dos vencidos, explorados, quando se permite corporificar o protagonismo do espaço na figura dos indivíduos, gerando um coletivo verdadeiramente engajado na luta popular. Em última instância, trata-se de um aparato de resistência democrática e popular.

4 DA BIBLIOTECA POPULAR À COMUNITÁRIA: UM PASSADO HISTÓRICO E UM PRESENTE PROTAGONISTA

É evidente que a questão fundamental para uma rede de bibliotecas populares [...] é política.

(Freire, 1989, p. 21)

185

As bibliotecas comunitárias (comumente designadas no Brasil) mantêm relação com as bibliotecas populares, cuja origem está ligada às iniciativas de educação popular (a partir da década de 1940). O elo comum entre elas é a ação voltada para a transformação social e para o enfrentamento contra um poder público que não se volta para as comunidades. Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na construção das primeiras bibliotecas populares, isto é, criadas pelas comunidades, sem a presença do poder público, concretizando, inclusive uma crítica à ausência do Estado nas comunidades.

A educação popular, por sua vez, é uma ferramenta fundamental nesse caminho de consolidação das bibliotecas populares (como eram, majoritariamente, nomeadas). O intelectual e educador Paulo Freire desenvolveu suas teses no campo da pedagogia e foi importante na consolidação teórica e prática da educação popular. A partir de sua pedagogia libertadora, cuja educação, para ele, deve superar o sentido bancário da

educação burguesa, tradicionalista, Freire, então, atua para uma educação libertadora, considerando a realidade local e o conhecimento trazidos pelos estudantes, para que a educação se organize de modo dialético e verdadeiramente democrático.

O autor compreendia que a educação burguesa era um depositário de informações, na qual os alunos não tinham protagonismo e não faziam parte da construção do saber, portanto, é uma relação marcada pela hierarquia. Ao contrário disso, para Freire (1987), o que importa na educação é o diálogo e o protagonismo dos alunos na escola e na construção do conhecimento, para que possam desenvolver um pensar crítico sobre as coisas e o mundo.

A educação, na pedagogia libertadora, está a serviço dos mais pobres, sendo instrumento de conscientização e de leitura crítica do mundo. Questionar é preciso, ao mesmo tempo, defendemos que cada escola deve desenvolver sua própria linguagem, de acordo com as necessidades da comunidade, existindo para cada contexto um modelo de aprendizagem diferente a ser aplicado. Por isso mesmo, a educação bancária falha, porque oferece aos estudantes a perspectiva monista e ortodoxa de ensino, do opressor. Nas palavras de Freire (1987, p. 33):

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Nesse contexto, no começo dos anos 1970, a biblioteca popular se atrela ao pensamento freiriano, de uma educação libertadora, onde é questionada a tradição biblioteconômica representada pela biblioteca pública, que inclusive absorve valores liberais como: igualdade, fraternidade e liberdade (basicamente, os valores da Revolução Francesa). No entanto, na prática essas bibliotecas públicas continuavam afastadas do grande público, marcadas por certos elitismos, que em nada contribui para o surgimento de um espaço democrático e crítico.

Por outro lado, as bibliotecas populares já absorviam a ideia de transformação social, onde o desejo pela mudança mobiliza esse tipo de experiência. Segundo Eduardo Maranon (1990), as bibliotecas populares tiveram, a priori, duas linhas de atuação: a primeira, servindo aos jovens, atendendo demandas escolares, assessorando-os sobre os materiais bibliográficos, no uso crítico da informação e atuando em atividades educativas, com ajuda de colaboradores – professores ou agentes da região interessados nessas atividades. A segunda, destinada aos adultos, dizia respeito à produção de atividades culturais e artísticas, capacitações aos membros do bairro, opções de lazer e esporte, bem como atividades de comunicação social, jornalismo e outros meios.

Desse modo, a biblioteca pública representa a histórica força conservadora da Biblioteconomia, o que, segundo afirma Maranon (1990, p. 40), “[...] desde suas origens a biblioteca pública estava a serviço da ordem estabelecida face a manter o sistema de exploração”. Ao contrário disso, o mesmo autor, sobre a biblioteca popular, sugere que:

O que caracteriza as bibliotecas populares é o fato de serem um produto da autogestão das comunidades ou bairros marginais. Elas organizam serviços de leitura e informação para as suas próprias comunidades e também para a população escolar carente de recursos para a aquisição de livros e textos. Outros serviços oferecidos são o *resgate da memória local* e o de servir de espaço de

encontro, para a discussão de problemas locais (Maranon, 1990, p. 37, grifo nosso).

É importante ressaltar que a perspectiva freiriana contribuiu bastante para a construção teórica da biblioteca popular. Em suas experiências com educação popular, Paulo Freire (1989) sinaliza a importância da construção de bibliotecas para a leitura e a apropriação crítica dos indivíduos, onde por meio dos livros, da cultura e da arte, estas tornam-se um centro de cultura. Ainda para Freire (1989) as bibliotecas populares devem ser repositórios de histórias, informações produzidas pela própria comunidade, ao mesmo tempo em que esta deve estimular a leitura, a escrita e a publicação de livros de autores locais, entre diversas outras atividades.

Os acervos dessas bibliotecas precisam dialogar com o contexto social no qual a comunidade está inserida. E ainda sugere que, para o envolvimento dos sujeitos com as atividades da biblioteca, é importante

188

[...] estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que se façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico no texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica (Freire, 1989, p. 20).

A expressão “biblioteca comunitária” pode causar certa confusão, já que o termo “comunitário” está associado a algo pertencente a uma comunidade. Por essa lógica, poderíamos pensar que toda biblioteca é comunitária, pois presta serviços a uma comunidade específica, de acordo com seu contexto geográfico. No entanto, Oswaldo de Almeida Júnior (2015) argumenta que, em contraposição à ascensão de uma Biblioteconomia progressista — representada, por exemplo, pelas Bibliotecas Populares —, o termo “comunitário” foi adotado pela corrente conservadora da Biblioteconomia.

Essa escolha visava atenuar o sentido político e revolucionário das Bibliotecas Populares, diluindo seu caráter de instrumento de transformação social.

Segundo Elisa Machado (2008), o conceito de biblioteca comunitária, apresenta suas especificidades, embora o termo possa causar certo tipo de polissemia, homonímia e sinonímia. A autora evidencia essas diferenças, ao mesmo tempo, em que sinaliza características do que se entende por bibliotecas comunitárias. Sobre esses aspectos, a pesquisadora pontua que as bibliotecas comunitárias apresentam certas especificidades, dentre elas:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação (Machado, 2008, p. 60-61).

189

A atuação das bibliotecas comunitárias está profundamente ligada às periferias. Elas surgem, portanto, como uma resposta às necessidades populares de acesso à informação e à cultura — historicamente negado pelo Estado, e sob essa dimensão da ausência que elas se aproximam, sejam nomeadas de bibliotecas comunitárias ou populares. Marcadas por problemas sociais que remontam à construção ineficiente da nação durante a República, problemas que, por sua vez, têm raízes nos tempos coloniais do Brasil. Nosso povo sempre resistiu às injustiças de alguma forma, e seja justamente essa resistência que tenha impulsionado o forte movimento de criação de bibliotecas comunitárias nas periferias.

Esse movimento de resistência surge, em grande parte, devido à ineficiência das políticas de Estado, que não priorizaram em seus projetos a democratização do acesso

aos livros e à leitura por meio das bibliotecas públicas. Nesse movimento podemos observar a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), em 2015, que atua em todo o território brasileiro. A respeito da RNBC, é possível constatar que: “A perspectiva da leitura como um direito humano e a importância da biblioteca comunitária como espaço privilegiado de garantia desse direito são a base do trabalho de formação de leitores e da incidência política das redes de bibliotecas comunitárias” (Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, 2020).

As bibliotecas comunitárias podem receber apoio por muitas vias, tanto do setor privado como do público, por meio de editais de incentivo à cultura, ao livro e à literatura, bem como editais voltados aos pontos de cultura, memória e às bibliotecas comunitárias. Esses espaços são autogeridos pela própria comunidade, o que resulta numa experiência administrativa totalmente diferente das bibliotecas públicas, em que não há uma participação direta da população, mas sim de um corpo técnico formado pelos funcionários da biblioteca. Decerto, muitas das vezes sem a presença dos bibliotecários (profissionais bacharéis em Biblioteconomia).

As bibliotecas comunitárias (e as bibliotecas populares – designação não mais tão presente como já fora décadas passadas) experimentam o verdadeiro sentido da democracia, conduzindo as atividades com participação efetiva popular. No geral, esses espaços são projetos político-sociais cuja legitimidade se dá pelos próprios pares da comunidade, podendo ou não ser apoiada pelo poder público e/ou privado, assim como ser mantida pela própria comunidade. No geral, a sua equipe coordenadora responsável pela organização seria majoritariamente a população local (Machado, 2008), que a mantém a despeito de todas as intempéries.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar, porém, não é sloganizar, é exercer uma análise crítica sobre a realidade problema.

(Freire, 1987, p. 104).

Este trabalho buscou refletir acerca da biblioteca popular e comunitária como uma ferramenta da retomada e criação de memória dos povos excluídos. A partir da reflexão da memória histórica, que constrói tessituras de uma resistência, via movimentos sociais, insurgentes e de revolução, como no caso emblemático do movimento zapatista. A revolução chiapaneca é um marco entre o fim de um século e início de outro, quando o mundo todo estava pensando em globalização, ou seja,

191

reestruturações, fusões, demissões em massa, conflitos sociais, catástrofes ecológicas (vazamentos de produtos tóxicos nos rios, naufrágio de navios cargueiros, acidentes em centrais nucleares, explosões com produtos químicos), ameaças de terrorismo, acidentes e incidentes de todos os tipos (Mattelart, 2000, p. 129).

Nesse sentido, evidenciamos como as bibliotecas comunitárias e as bibliotecas populares tornam-se, espaços para a construção e a preservação dessas contra-narrativas, ao atuarem como pontos de encontro e trocas culturais que reforçam a identidade coletiva e a memória dos grupos marginalizados.

A história a contrapelo proposta por Benjamin, que visa à reflexão e a construção a partir da história dos vencidos, pode ser também um caminho social e crítico para se pensar a “biblioteca a contrapelo”, humanizando a partir de uma dimensão não excludente essa instituição tradicionalmente marcada pelas forças de poder e do saber.

Desse modo, podemos concluir que o objetivo do trabalho foi atingido e obtivemos a resposta da nossa questão inicial.

É lema das bibliotecas assegurar a preservação e acesso aos registros dos conhecimentos, nas mais diversas materialidades, mas o que se deve questionar cada vez mais, quais são as memórias preservadas? Quais autorias estão nos acervos das bibliotecas? Quais estão ausentes, e por quais motivações, intenções, projetos políticos? Quem são os protagonistas dos espaços? Os serviços e produtos das bibliotecas têm correspondidos aos anseios da comunidade? Algumas dessas perguntas são essenciais para tirar da possível zona de conforto os profissionais que trabalham nos dispositivos culturais e de memória que são as bibliotecas públicas.

Ao valorizar as histórias, tradições e experiências locais, esses espaços fortalecem a luta contra a homogeneização cultural promovida pela globalização, uma crítica frequentemente levantada por pensadores como Milton Santos. As bibliotecas são dispositivos que, entre outras coisas, evidenciam a necessidade da apropriação da informação – neste caso as memórias produzidas nelas e por elas –, nesse sentido, dá luz a uma biblioteca que discute criticamente a hegemonização da história/memória oficial, em que pese o epistemicídio dos povos excluídos, com vistas à desconstrução da hegemonia de monocultura.

Isto é, que se contraponha aos pensamentos determinísticos e universalistas, permitindo, portanto, que outras e mais vozes sejam protagonistas das mudanças do mundo e se desenvolvam enquanto dispositivo plural de memória e verdadeiramente democrático.

Destarte, as memórias dos excluídos se transformam em atos de resistência que desafiam as histórias oficiais e oferecem novas formas de enxergar o passado, o presente e as possibilidades de futuro. E são as bibliotecas (públicas, populares, comunitárias, universitárias, enfim, toda a gama de tipologias) uma importante dimensão capaz de

alterar a rota de uma sociedade excludente, em prol de uma sociedade mais justa, democrática e libertária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na ciência da informação. **Divers@Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052/27431>. Acesso em: 19 set. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337>. Acesso em: 19 set. 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a30-do-outro-como-nc3a30-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

CÔRBO, Dayo de Araújo Silva; CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto. A biblioteca popular como espaço de resistência e de criação de memórias locais, individuais e coletivas. **Revista Fontes Documentais**, [S. l.], v. 5, n. Ed. Especial, p. 25-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/57945>. Acesso em: 19 set. 2024.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 95-124, 1957.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 199-206, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/734>. Acesso em: 19 set. 2024.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

MARANON, Eduardo Ismael Murguia. **A contradição da biblioteca pública: a biblioteca popular**. 1990. 103 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1990.

MARANON, Eduardo Ismael Murguia. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010.

194

MARI, Marcelo. Pierre Naville, Walter Benjamin e o debate sobre o surrealismo. **Rapsódia**, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 5, p. 97–107, 2011. DOI: 10.11606/issn.2447-9772.i5p97-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rapsodia/article/view/106528>. Acesso em: 19 set. 2024.

MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. São Paulo: Edusc, 2000.

MAZUCATO, Thiago (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Memória: II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo**. Belém: Coordenadoria de Relações Internacionais, 2002.

RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 19-42, 1987. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36648/28692>. Acesso em: 19 set. 2024.

REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS. **A RNBC**. [S.l.:s.n], 2020. Disponível em: <https://rnbc.org.br/a-rnbc/>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. 121p.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Doi: 10.11606/T.8.2007.tde-12022008-112052. Acesso em: 19 set. 2024.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. Memória histórica na toponímia das lutas sociais da história recente latino-americana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s.n.], 2011. p. 1-13. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299942300_ARQUIVO_Memoriahistoricanatoponiadaslutassociaisdahistoriarecentelatino.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

Agradecimentos: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).